

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla “ECOR3”.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 5.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como “Grupo EcoRodovias” ao longo deste relatório.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo a International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2012 é apresentado nessas demonstrações

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras consolidadas devido à aplicação retrospectiva de determinadas políticas contábeis, conforme nota explicativa nº 4.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.2. Investimento em coligadas e em *joint ventures*

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- d) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 25 anos
- Benfeitorias 25 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

2.9. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como **(a)** empréstimos e recebíveis, **(b)** investimentos mantidos até o vencimento ou **(c)** ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. Ação em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.13. Provisões Gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25); ou,
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30).

2.14. Transações envolvendo pagamento em ações

Os Administradores da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.15. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.17. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18.Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19.Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação das demonstrações financeiras anteriores. Essas incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, a aplicação do CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades resultou em divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas. Vide detalhes na nota explicativa nº 4.

2.20.Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 36.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,76% e 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 24.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

- a) Informações originalmente divulgadas com as reclassificações do IFRS 10 e 11
No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e aplicou as normas CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia consolidava proporcionalmente a sua participação nos ativos, passivos e resultados das empresas Elog S.A. e STP Serviço de Tecnologia e Pagamentos S.A., na proporcionalidade de 80% e 12,75%, respectivamente. Com a adoção do IFRS10 e IFRS11, a Companhia deixou de realizar essa consolidação proporcional e

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passou a apresentar os efeitos de ativos e passivos na linha de investimentos e do resultado, como equivalência patrimonial.

A Companhia, em função da aplicação dessas novas normas, está rerepresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como segue:

Balanços patrimoniais

Contas	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balanço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balanço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
Ativos						
Ativos circulantes:						
Caixa e equivalentes de caixa	604.551	(74.523)	530.028	946.916	(167.935)	778.981
Títulos e valores mobiliários	30.106	-	30.106	28.498	-	28.498
Clientes	176.505	(102.486)	74.019	254.032	(104.144)	149.888
Impostos a recuperar	27.403	(3.268)	24.135	31.948	(3.768)	28.180
Despesas antecipadas	8.503	(4.196)	4.307	7.603	(616)	6.987
Outros créditos	30.564	(5.374)	25.190	40.784	(18.464)	22.320
Total dos ativos circulantes	877.632	(189.847)	687.785	1.309.781	(294.927)	1.014.854
Ativos não circulantes:						
Títulos e valores mobiliários	37.201	-	37.201	50.658	-	50.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.444	(4.339)	64.105	59.371	(5.009)	54.362
Depósitos judiciais	25.242	(7.361)	17.881	91.129	(11.657)	79.472
Ativos indenizatórios	2.870	(2.870)	-	3.632	(3.632)	-
Outros créditos	6.383	(6.383)	-	32.537	(1.981)	30.556
Despesas antecipadas	410	(20)	390	360	(20)	340
Investimentos	10	258.554	258.564	10	275.496	275.506
Propriedade para investimento	51.603	(51.603)	-	-	-	-
Imobilizado	287.933	(181.087)	106.846	590.719	(185.708)	405.011
Intangível	2.798.709	(190.875)	2.607.834	4.057.759	(185.052)	3.872.707
Total dos ativos não circulantes	3.278.805	(185.984)	3.092.821	4.886.175	(117.563)	4.768.612
Total dos ativos	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contas	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
Passivos						
Passivos circulantes:						
Fornecedores	131.851	(93.247)	38.604	150.138	(91.649)	58.489
Empréstimos e financiamentos	161.120	(14.714)	146.406	804.722	(2.298)	802.424
Arrendamento mercantil	2.016	(922)	1.094	599	(351)	248
Debêntures	378.634	(12.626)	366.008	207.144	(7.118)	200.026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.566	(4.826)	16.740	30.795	(5.134)	25.661
Obrigações sociais	30.354	(8.712)	21.642	54.309	(11.796)	42.513
Programa de parcelamento Especial - REFIS	259	14	273	1.848	(122)	1.726
Empresas relacionadas	1.787	(502)	1.285	5.163	-	5.163
Obrigações com o poder concedente	17.082	-	17.082	18.158	-	18.158
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.152	(1.744)	18.408	29.397	(1.632)	27.765
Provisão para manutenção	38.286	-	38.286	63.531	-	63.531
Provisão para construção de obras futuras	12.527	-	12.527	2.141	-	2.141
Outras contas a pagar	46.296	(14.983)	31.313	66.491	(26.635)	39.856
Total dos passivos circulantes	861.930	(152.262)	709.668	1.434.436	(146.735)	1.287.701
Passivos não circulantes:						
Empréstimos e financiamentos	189.187	(76.705)	112.482	164.346	(2.425)	161.921
Arrendamento mercantil	641	(395)	246	64	(64)	-
Debêntures	944.565	(122.259)	822.306	2.107.637	(238.016)	1.869.621
REFIS	2.710	(2.048)	662	11.905	(3.139)	8.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.430	(67)	24.363	2.880	(289)	2.591
Outras contas a pagar	4.952	(1.674)	3.278	46.705	(1.259)	45.446
Provisão para manutenção	133.259	-	133.259	115.131	-	115.131
Provisão para obras futuras	1.929	-	1.929	10.040	-	10.040
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	52.634	(20.421)	32.213	127.004	(20.563)	106.441
Obrigações com o poder concedente	55.099	-	55.099	50.321	-	50.321
Total dos passivos não circulantes	1.409.406	(223.569)	1.185.837	2.636.033	(265.755)	2.370.278
Total dos passivos	2.271.336	(375.831)	1.895.505	4.070.469	(412.490)	3.657.979
Capital e reservas:						
Capital social	1.320.549	-	1.320.549	1.320.549	-	1.320.549
Reservas de lucros - legal	90.751	-	90.751	111.855	-	111.855
Reservas de lucros – orçamentos de capital	388.105	-	388.105	578.037	-	578.037
Reservas de lucros – dividendos adicionais	51.431	-	51.431	65.268	-	65.268
Reserva de capital – plano de opção com base em ações	31.224	-	31.224	31.867	-	31.867
Atribuído a participação de acionistas controladores	1.882.060	-	1.882.060	2.107.576	-	2.107.576
Participação dos acionistas não controladores	3.041	-	3.041	17.911	-	17.911
Total do patrimônio líquido	1.885.101	-	1.885.101	2.125.487	-	2.125.487
Total dos passivos e patrimônio líquido	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

<u>Contas</u>	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do resultado originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
Receita líquida	2.409.107	(321.586)	2.087.521
Custo dos serviços prestados	(1.162.350)	212.803	(949.547)
Lucro bruto	1.246.757	(108.783)	1.137.974
Despesas gerais e administrativas	(342.976)	75.209	(267.767)
Outras receitas líquidas	49.272	(57.334)	(8.062)
Resultado de equivalência patrimonial	-	44.910	44.910
Lucro operacional antes do resultado financeiro	953.053	(45.998)	907.055
Resultado financeiro	(264.952)	23.419	(241.533)
Lucro antes de impostos	688.101	(22.579)	665.522
Imposto de renda e contribuição social	(261.056)	22.579	(238.477)
Lucro consolidado do período	427.045	-	427.045
Atribuído a acionistas controladores	4.973	-	4.973
Atribuído a acionistas não controladores	422.072	-	422.072

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa

	Em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Fluxo de Caixa originalmente divulgada com as reclassificações do IFRS10 e 11
Fluxos de caixa das atividades operacionais	698.375	(40.552)	657.823
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(1.084.011)	(3.791)	(1.087.802)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	728.001	(49.069)	678.932
	342.365	(93.412)	248.953

Demonstração do Valor Adicionado

Contas	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Valor Adicionado originalmente divulgada com as reclassificações do IFRS10 e 11
Receitas	2.657.145	(375.972)	2.281.173
Insumos adquiridos de terceiros	(892.016)	101.728	(790.288)
Valor Adicionado bruto	1.765.129	(274.244)	1.490.885
Retenções – Depreciação	(237.426)	33.502	(203.924)
Valor Adicionado líquido produzido	1.527.703	(240.742)	1.286.961
Valor Adicionado recebido em transferência	82.557	31.787	114.344
Receitas Financeiras	82.557	(13.123)	69.434
Equivalência Patrimonial	-	44.910	44.910
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Distribuição do Valor Adicionado	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Pessoal	326.612	(95.448)	231.164
Impostos, taxas e contribuições	509.094	(76.965)	432.129
Remuneração de Capitais de Terceiros	347.509	(36.542)	310.967
Remuneração de Capitais Próprios	427.045	-	427.045

Demonstração do Resultado Abrangente

Não houve efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos na Demonstração do Resultado Abrangente.

Outros pronunciamentos aplicáveis em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia.

b) Outras reclassificações efetuadas

Além dos impactos do CPC36 (R3) e visando a uniformidade e comparabilidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apresenta a seguir as reclassificações realizadas em seu balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial consolidado	Balanco originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS10 e 11	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO			
<u>Circulante</u>			
Outros créditos (**)	22.320	(6.483)	15.837
Títulos e valores Mobiliários	28.498	38.224	66.722
<u>Não Circulante</u>			
Tributos diferidos (*)	54.362	487.054	541.416
Títulos e valores mobiliários	50.658	(38.224)	12.434
Intangível (*)	3.872.707	(458.462)	3.414.245
PASSIVO			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	(58.489)	1.438	(57.051)
Obrigações com o poder concedente	(18.158)	(2.636)	(20.794)
Outras contas a pagar	(39.856)	1.198	(38.658)
<u>Não Circulante</u>			
Tributos diferidos (*)	(2.591)	(22.109)	(24.700)
	3.909.451	-	3.909.451

(*) Foram reclassificados os benefícios fiscais (Imposto de Renda e Contribuição Social) de incorporações das controladas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi Terminal para contêineres da Margem Direita S.A) no montante de R\$382.628 e Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas no montante de R\$82.317, que estavam classificados no Intangível na rubrica “Contratos de Concessão”.

(**) De acordo com os itens 7 e 8 do CPC 27, foram reclassificados R\$6.483 que estavam classificados na rubrica “Outros créditos” para Intangível de estoques de materiais de insumo que serão aplicados na construção de obras da controlada indireta Ecovias.

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos reapresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da reapresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Ajustado com efeitos CPC36	Reclassif.	Reapresentado	Ajustado com efeitos CPC36	Reclassif.	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	(419.534)	-	665.522	(665.522)	-
Lucro líquido	-	422.072	422.072	-	427.045	427.045
Amortização ágio investimentos	-	8.926	8.926	-	-	-
Depreciação e amortização	1.110	(511)	599	-	-	-
Imposto Diferido	(2.515)	1	(2.514)	135	7.624	7.759
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	23	(23)	-	(231.081)	230.853	(228)
Juros pagos	-	-	-	(228.170)	228.170	-
Outras contas a pagar	3.715	(2.516)	1.199	-	-	-
Demais variações	(467.725)	-	(467.725)	451.417	-	451.417
Total fluxo de caixa das atividades operacionais	(45.858)	8.415	(37.443)	657.823	228.170	885.993
Fluxo de caixa das atividades de investimento	45.897	(8.415)	37.482	(1.087.802)	-	(1.087.802)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Juros pagos	-	-	-	-	(228.170)	(228.170)
Demais variações	348.516	-	348.516	678.932	-	678.932
Total fluxo de caixa das atividades de financiamento	348.516	-	348.516	678.932	(228.170)	450.762
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	348.555	-	348.555	248.953	-	248.953

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Companhia adotou o critério da contabilização pelo método da Equivalência Patrimonial dos investimentos controlados em conjunto descritos em grupo específico abaixo.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
EIL01 Participações S.A. (ii)	100,00%	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	58,00%	80,00%
EIL02 S.A. (iv)	100,00%	100,00%
EIL03 S.A. (v)	100,00%	-
EIL04 S.A. (vi)	100,00%	-
Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) (vii)	100,00%	100,00%
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (viii)	100,00%	100,00%
Termlog - Transporte e Logística Ltda. (ix)	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto:		
Elog S.A. (x)	80,00%	80,00%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (xi)	11,41%	12,75%
Controladas indiretas:		
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xii)	100,00%	100,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiii)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xiv)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xv)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xvi)	90,00%	90,00%
Via Elog S.A.:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xviii)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xix)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xx)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xxi)	100,00%	100,00%

- a) As atividades e as principais informações econômicas das controladas diretas, indiretas e em conjunto são conforme segue:

Controladas diretas

- (i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objeto social participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias de Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul. A seguir a Companhia apresenta o quadro consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2013								
	Controladora	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	364.882	106.533	28.287	420.872	12.664	15.871	949.109	(27.309)	921.800
Não circulante	1.294.687	989.684	465.999	1.236.438	161.521	161.883	4.310.212	(1.182.182)	3.128.030
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	30.678	99.994	58.107	222.092	123.688	137.063	671.622	(27.308)	644.314
Não circulante	825.411	706.728	94.859	1.033.224	17.391	8.495	2.686.108	(87.383)	2.598.725
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.311	3.311
Patrimônio líquido	803.480	289.495	341.320	401.994	33.106	32.196	1.901.591	(1.098.111)	803.480
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Demonstração do resultado									
Receita líquida	116.845	380.661	253.040	1.011.465	209.915	219.134	2.191.060	(123.506)	2.067.554
Custos	(84.706)	(251.804)	(149.944)	(465.799)	(85.585)	(101.966)	(1.139.804)	76.718	(1.063.086)
Lucro bruto	32.139	128.857	103.096	545.666	124.330	117.168	1.051.256	(46.788)	1.004.468
Receitas (despesas)	(4.772)	(16.431)	(20.832)	(52.015)	(16.915)	(19.265)	(130.230)	46.788	(83.443)
Equivalência	476.079	-	-	-	-	-	476.079	(476.079)	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	503.446	112.426	82.264	493.651	107.415	97.903	1.397.105	(476.079)	921.025
Resultado financeiro	(64.017)	(76.092)	(16.508)	(64.361)	(9.703)	(10.556)	(241.237)	(1)	(241.238)
Lucro operacional antes dos impostos	439.429	36.334	65.756	429.290	97.712	87.347	1.155.868	(476.080)	679.787
Imposto de renda e Contribuição social	3.175	(9.291)	(22.327)	(139.867)	(33.022)	(29.383)	(230.715)	-	(230.715)
Lucro do exercício	442.604	27.043	43.429	289.423	64.690	57.964	925.153	(476.080)	449.073
Atribuível a:									
Companhia	442.604	27.043	43.429	289.423	58.221	57.964	918.684	(476.080)	442.604
Outros acionistas	-	-	-	-	6.469	-	6.469	-	6.469

- (ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações acerca deste investimento que refletem na consolidação da Companhia:

Contas	EIL01
	31.12.2013
Ativo Circulante	347
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	347
Passivo Circulante	94
Patrimônio Líquido	253
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	347
Receitas (despesas)	189
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	189
Resultado Financeiro	157
Lucro Operacional antes dos impostos	346
Imposto de Renda e Contribuição Social	(93)
Lucro Líquido do Exercício	253
Atribuível a:	
Companhia	253
Outros acionistas	-

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 01 de novembro de 2013, após cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101. (Vide nota explicativa nº 5.d.ii)

A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	ECO101
	31.12.2013
Ativo Circulante	11.431
Ativo não Circulante	57.449
Total do Ativo	68.880
Passivo Circulante	14.718
Patrimônio Líquido	54.162
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	68.880
Receita Líquida	26.581
Custo dos serviços prestados	(40.784)
Prejuízo bruto	(14.203)
Receitas (despesas) operacionais	(19.595)
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	(33.798)
Resultado Financeiro	3.964
Prejuízo Operacional antes dos impostos	(29.834)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.393
Prejuízo do exercício	(19.441)
Atribuível a:	
Companhia	(14.633)
Outros acionistas	(4.808)

- (iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	EIL02
	31.12.2013
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	1
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1

- (v) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	EIL03
--------	-------

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2013</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (vi) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	EIL04
	<u>31.12.2013</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (vii) A Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- (viii) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda, é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
- (ix) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos (anteriormente Tecondi) e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termares e Termlog, formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contas	31.12.2013					
	Ecoporto Santos	Termares	Termlog	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	206.247	29.873	11.391	247.511	-	247.511
Ativo não circulante	684.246	61.785	9.801	755.832	(38.690)	717.142
Total do Ativo	890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Passivo Circulante	219.207	12.239	5.680	237.126	(38.690)	198.436
Passivo não Circulante	637.061	8.780	6.934	652.775	-	652.775
Patrimônio líquido	34.225	70.639	8.578	113.442	-	113.442
Total do passivo e PL	890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Receita líquida	429.309	123.372	37.856	590.537	(40.035)	550.502
Custos	(218.852)	(42.944)	(19.700)	(281.496)	40.035	(241.461)
Lucro Bruto	210.457	80.428	18.156	309.041	-	309.041
Receitas (despesas)	(118.565)	(53.960)	(986)	(173.511)	-	(173.511)
Lucro Operacional antes resultado financeiro	91.892	26.468	17.170	135.530	-	135.530
Resultado financeiro	(72.179)	136	(599)	(72.642)	-	(72.642)
Lucro Operacional antes dos impostos	19.713	26.604	16.571	62.888	-	62.888
IR E CS	(2.183)	(8.642)	(1.371)	(12.196)	-	(12.196)
Lucro líquido do exercício	17.530	17.962	15.200	50.692	-	50.692

Controladas em conjunto

- (x) A Elog S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. Além disso é a holding do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A., deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. A seguir, a Companhia apresenta integralmente as operações da Elog S.A. incluindo suas controladas:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Elog Sul	Elog S.A.	ELG-01	Ecopátio Cubatão	Paquetá Particip.	Anish Emp.	Combinado	Eliminações	Total de operações Logísticas
Ativo Circulante	19.502	154.480	6	13.092	-	1.107	188.187	(13.673)	174.514
Ativo não Circulante	42.842	531.965	50.932	138.300	11.000	49.443	824.482	(291.126)	533.356
Total do Ativo	62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Passivo Circulante	24.150	88.479	1	4.829	-	241	117.700	(13.673)	104.027
Passivo Não Circulante	5.590	305.458	-	287	-	-	311.335	-	311.335
Patrimônio Líquido	32.604	292.508	50.937	146.276	11.000	50.309	583.634	(291.126)	292.508
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Receita Líquida	81.341	182.137	-	38.954	-	-	302.432	(102)	302.330
Custo dos serviços prestados	(54.625)	(155.731)	-	(33.392)	-	-	(243.748)	(13.386)	(257.134)
Lucro bruto	26.716	26.406	-	5.562	-	-	58.684	(13.488)	45.196
Receitas (despesas) operacionais	(17.305)	(60.935)	(32)	(4.047)	(12)	(1.298)	(83.629)	13.486	(70.143)
Equivalência patrimonial	-	6.366	(1.305)	-	-	(12)	5.049	(5.049)	-
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	9.411	(28.163)	(1.337)	1.515	(12)	(1.310)	(19.896)	(5.051)	(24.947)
Resultado Financeiro	7	(20.950)	-	77	-	5	(20.861)	-	(20.861)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	9.418	(49.113)	(1.337)	1.592	(12)	(1.305)	(40.757)	(5.051)	(45.808)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.821)	22.956	-	(487)	-	-	19.648	3	19.651
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	6.597	(26.157)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(21.109)	(5.048)	(26.157)
Atribuível a:									
Companhia	6.597	(20.926)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(15.878)	(5.048)	(20.926)
Outros acionistas	-	(5.231)	-	-	-	-	(5.231)	-	(5.231)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (xi) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detinha 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. Em 03 de outubro de 2013, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças na efetiva transferência de ações decorrente da operação da venda de 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 11,41% do capital social da STP. (Vide notas explicativas nº 5.d.i e 39). A seguir, a Companhia apresenta as principais informações deste investimento na visão de 100% de suas operações:

Contas	STP
	<u>31.12.2013</u>
Ativo Circulante	885.231
Ativo não Circulante	<u>148.213</u>
Total do Ativo	1.033.445
Passivo Circulante	863.161
Passivo Não Circulante	2.425
Patrimônio Líquido	<u>167.858</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.033.445
Receita Líquida	615.977
Custo dos serviços prestados	<u>(187.531)</u>
Lucro bruto	428.446
Receitas (despesas) operacionais	<u>(152.112)</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	276.334
Resultado Financeiro	<u>9.608</u>
Lucro Operacional antes dos impostos	285.942
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(95.806)</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>190.136</u>
Atribuível a:	
Companhia	21.695
Outros Acionistas	168.441

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas indiretas

- (xii) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- (xiii) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.
- (xiv) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- (xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
- (xvi) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- (xvii) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 4 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m2 que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.
- (xviii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (xix) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- (xx) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.
- (xxi) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como,

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

I. Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R\$305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

II. Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

III. Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

IV. Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Combinação de negócios

Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (atualmente denominada Ecoporto Santos S.A.), Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes.

A aquisição totalizou R\$1.297.341, sendo pagos R\$540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R\$756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.

A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012.

Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração avaliou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago seria substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2012 foi registrada uma amortização de R\$25.415, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão.

Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na cláusula décima sexta do Contrato de Arrendamento PRES 028.98 ("Contrato"), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a Companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição.

O ágio de R\$1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir:

- (i) R\$1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) R\$29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(556.255)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	Valor contábil na aquisição
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Contas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

d) Venda de participação

I. Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP

A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, , Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. Em 5 de agosto, a Companhia comunicou ao mercado, que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampra Participações Ltda. afiliada Raízen Combustíveis para venda de 10% das ações que detém na STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira foi condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da previa autorização do Conselho de Defesa Econômica – CADE, o qual foi concluído em 03 de outubro de 2013.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	Saldos
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	179.953
Clientes	687.843
Tributos a recuperar	2.620
Despesas antecipadas	1.404
Outros créditos	1.843
Total do ativo circulante	873.663
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	611
Tributos diferidos	5.020
Imobilizado e intangível	130.831
Total do ativo não circulante	136.462
TOTAL DO ATIVO	1.010.125
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	793.451
Impostos e contribuições a recolher	5.278
Dividendos a pagar	4.832
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.337
Outras contas a pagar	22.682
Total do passivo circulante	846.580
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.722
Outras contas a pagar	102
Total do passivo não circulante	2.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	160.721
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.010.125
Participação detida até 03.10.2013 (investimento – 12,75%)	20.492
Participação a partir de 03.10.2013 (investimento – 11,41%)	18.890
Baixa de investimento 03.10.2013	(1.602)
VALOR TOTAL DA VENDA	33.440
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	31.838

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na conta “Outras receitas (despesas), líquidas”.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

II. ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 01 de novembro de 2013, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado anunciou a venda de 27,5% de sua participação societária detida na ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., representativa de 80% do seu capital social, pelo valor de R\$18.260, à Centaurus Participações S.A. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital da ECO101. Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	Saldos
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	36.817
Tributos a recuperar	501
Despesas antecipadas	1.771
Outros créditos	2.013
Total do ativo circulante	41.102
NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado e intangível	26.180
Total do ativo não circulante	26.180
TOTAL DO ATIVO	67.282
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.282
CIRCULANTE	
Fornecedores	6.765
Impostos e contribuições a recolher	413
Obrigações sociais	1.027
Outras contas a pagar	810
Total do passivo circulante	9.015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.267
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.282
Participação detida até 01.11.2013 (investimento – 80%)	46.614
Participação a partir de 01.11.2013 (investimento – 58%)	33.795
Baixa de investimento 01.11.2013	(12.819)
VALOR TOTAL DA VENDA	18.260
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	5.441

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado no patrimônio líquido na rubrica “Reservas de Capital” de acordo com o item 67 do ICPC09 que orienta para que na alienação de ações ou instrumentos de uma entidade que a Companhia controla e que não haja perda de controle com essa operação, tal resultado deverá ser alocado diretamente ao patrimônio líquido, e não ao resultado.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	101	77	19.099	31.778
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	176.787	336.004	1.010.792	418.238
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	128	99.540	41.152	328.965
	177.016	435.621	1.071.043	778.981

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 91,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$6.492 (R\$186.703 em 31 de dezembro de 2012).

Diversos fatores proporcionaram o aumento de caixa e equivalentes de caixa no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 dentre eles à segunda emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias conforme nota explicativa nº 20.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2013	31/12/2012
CDBs (a)	18.249	28.498
Fundo de Investimento (a)	52.491	38.224
Poupança (b)	10.805	12.434
	81.545	79.156
Circulante	70.740	66.722
Não circulante	10.805	12.434

- a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados a taxas média ponderada de 97,7% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 20). A formação dessas reservas é supervisionada pelo Agente fiduciário.
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2013	31/12/2012
Nacional (a)		
Partes Relacionadas – STP (nota explicativa nº 21)	85.228	70.367
Demais clientes	59.806	70.995
Internacional (b)	11.903	10.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (c)	(5.286)	(2.239)
	151.651	149.888

- (a) Representados substancialmente por clientes de portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.
- (b) Representados substancialmente por clientes do segmento portuário.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente das operações dos portos.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	148.029	141.975
Vencidos:		
Até 30 dias	2.832	3.616
De 31 a 90 dias	790	2.094
Acima de 90 dias	5.286	4.442
	156.937	152.127

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	2.239	80
Aquisição de novas empresas	-	1.834
Constituição de PCLD no exercício	4.620	1.019
Valores recuperados no exercício	(1.573)	(694)
Saldo final	5.286	2.239

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	14.809	13.812	33.371	26.693
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	42	34
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	-	223	341
Cofins a recuperar sobre insumos	-	-	685	-
ISS a recuperar	-	-	943	128
Outros	38	-	1.312	984
	14.847	13.812	36.576	28.180

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

	31/12/2012	Propostos	Recebidos	31/12/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	1.695	416.119	(417.814)	-
Elog S.A.	12.337	-	-	12.337
Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	33.052	(33.052)	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	31.511	(31.511)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	21.514	(19.479)	2.035
	14.032	502.196	(501.856)	14.372

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$7.155, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.327 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 35.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	79.472	17.881
Adição por aquisição de novas empresas	-	51.271
Adições	3.966	17.823
Baixas/estornos	(1.610)	(14.732)
Atualização monetária	6.571	7.229
Saldo final	88.399	79.472

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Valores das investidas 31/12/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Elog S.A.	292.508	(26.157)	80	80	234.006	254.941	(20.926)	28.031
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	442.604	100	100	803.480	776.115	442.604	436.431
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP (b)	167.858	175.226	11,41	12,75	19.153	20.574	21.695	17.966
Ecoporto Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	8.621
EIL 02 S.A.	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL 03 S.A.	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL 04 S.A.	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	254	253	100	100	254	1	253	-
Ecoporto Santos S.A. (a)	34.225	17.530	100	100	34.225	12.593	21.490	(6.489)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	17.962	100	100	70.639	79.279	17.962	3.503
Termlog Transporte e Logística Ltda.	8.578	15.200	100	100	8.578	24.889	15.200	3.566
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 5.b.i)	-	-	-	-	-	-	-	6.815
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	54.162	(19.441)	58	80	31.414	58.825	(14.633)	(1.175)
Lucros não realizados	-	-	-	-	(7.221)	(7.021)	(200)	327
					1.194.531	1.220.196	483.445	497.596

(a) No mês de março de 2013 foi reconhecido o valor de R\$3.960 de equivalência referente ao complemento do resultado de 2012 do Ecoporto.

(b) Vide nota explicativa nº 5.d.i.

(c) Vide nota explicativa nº 5.d.ii.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Incorporação Cataratas (a)	Incorporação Elog S.A.	Plano de opção com base em ações	Cisão Aba Porto (b)	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Elog S.A.	241.334	-	-	-	(273.225)	-	-	31.891	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(823.411)	-	305.432	-	322	-	436.431	776.115
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP	17.367	(14.759)	-	-	-	-	-	17.966	20.574
Ecoporto Holding S.A.	1	-	716.550	-	-	-	(725.172)	8.621	-
EIL-01 Participações Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.(anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	(14.424)	-	-	273.225	-	-	(3.860)	254.941
Ecoporto Santos S.A.	-	-	149.026	-	-	-	(129.944)	(6.489)	12.593
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-	-	-	-	-	75.776	3.503	79.279
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	21.323	3.566	24.889
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	-	(305.432)	-	-	-	6.815	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	60.000	-	-	-	-	(1.175)	58.825
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-	-	-	-	-	327	(7.021)
	<u>1.407.312</u>	<u>(852.594)</u>	<u>925.577</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>322</u>	<u>(758.017)</u>	<u>497.596</u>	<u>1.220.196</u>

(a) Vide Nota explicativa nº 5.b.i

(b) Vide nota explicativa nº 5.b.iv

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aportes	AFAC	Venda de participação	Baixas	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(416.119)	-	-	-	-	880	442.604	803.480
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP	20.574	(21.514)	-	-	(1.602)	-	-	21.695	19.153
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	253	254
EIL02 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.	254.941	-	-	-	-	(9)	-	(20.926)	234.006
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-	-	-	-	142	21.490	34.225
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(33.052)	-	6.450	-	-	-	17.962	70.639
Termlog Transporte e Logística Ltda.	24.889	(31.511)	-	-	-	-	-	15.200	8.578
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-	-	(12.819)	-	41	(14.633)	31.414
Lucros não realizados	(7.021)	-	-	-	-	-	-	(200)	(7.221)
	1.220.196	(502.196)	3	6.450	(14.421)	(9)	1.063	483.445	1.194.531

(a) Vide nota explicativa nº 10.

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 5.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2011	Adição	Baixas	Amortização	31/12/2012
Ágio - Ecosul	7.320	-	-	(511)	6.809
Ágio- Elog	238.721	-	(7.396)	-	231.325
Ágio - Ecoportos	-	766.433	-	(8.415)	758.018
	246.041	766.433	(7.396)	(8.926)	996.152
	31/12/2012	Adição	Baixas	Amortização	31/12/2013
Ágio - Ecosul	6.809	-	-	(514)	6.295
Ágio - Elog	231.325	-	-	130	231.455
Ágio - Ecoportos	758.018	-	-	(26.100)	731.918
	996.152	-	-	(26.484)	969.668

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP (a)	167.858	175.226	11,41	12,75	19.153	20.574	21.695	17.966
Elog S.A.	292.508	(26.157)	80	80	234.006	254.932	(20.926)	26.944
					253.159	275.506	769	44.910

a) Vide nota explicativa nº 5.d.i.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

a) Controladora

		Custo			Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em	Adições	Baixas	Saldos em	Saldos em	Saldos em	31.12.2013	31.12.2012
		31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		
Hardware	12,1	797	143	-	940	(556)	(661)	279	241
Máquinas e equipamentos	10,2	245	2	-	247	(136)	(161)	86	109
Móveis e utensílios	10,3	463	4	-	467	(215)	(263)	204	248
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956	(379)	(455)	1.501	1.577
Outros	10,0	3.028	76	(15)	3.089	(271)	(577)	2.512	2.757
		6.489	225	(15)	6.699	(1.557)	(2.117)	4.582	4.932

		Custo			Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em	Adições	Baixas	Saldos em	Saldos em	Saldos em	31.12.2013	31.12.2012
		31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		
Hardware	10,6	940	169	-	1.107	(661)	(768)	339	279
Máquinas e equipamentos	10,5	247	-	-	248	(161)	(188)	60	86
Móveis e utensílios	10,3	467	-	-	468	(263)	(312)	156	204
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956	(455)	(531)	1.425	1.501
Imobilizado em andamento	-	-	32	-	32	-	-	32	-
Outros	9,8	3.089	123	-	3.212	(577)	(885)	2.327	2.512
		6.699	324	-	7.023	(2.117)	(2.684)	4.339	4.582

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Hardware e equipamentos de pedágio	12,6	139.924	18.999	5.898	(4)	356	165.173	(93.397)	(19.000)	(3.711)	(116.108)	49.065	46.527
Máquinas e equipamentos	15,0	18.886		125.948	(21)	(178)	144.635	(10.545)	(9.831)	(32.786)	(53.162)	91.473	8.341
Móveis e utensílios	7,9	9.707	4.652	4.580	(10)	118	19.047	(4.277)	(1.065)	(1.640)	(6.982)	12.065	5.430
Terrenos	-	5.066	609	-	(420)	-	5.255	-	-	-	-	5.255	5.066
Edificações	4,7	34.761	290	-	-	-	35.051	(13.301)	(1.642)	-	(14.943)	20.108	21.460
Imobilizado em Andamento	-	-	16.168	5.489	-	-	21.657	-	-	-	-	21.657	-
Benfeitorias	4,5	-	1.274	181.717	(59)	-	182.932	-	(7.962)	(33.285)	(41.247)	141.685	-
Outros	4,8	28.504	42.182	6.783	(1.593)	(296)	75.580	(8.482)	(2.520)	(875)	(11.877)	63.703	20.022
		236.848	84.174	330.415	(2.107)	-	649.330	(130.002)	(42.020)	(72.297)	(244.319)	405.011	106.846

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Aquisição de empresas	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	10,8	165.173	34.173	-	(906)	7	198.447	(116.108)	(19.652)	-	(135.760)	62.687	49.065
Maquinas e equipamentos	16,9	144.635	11.257	-	(190)	-	155.702	(53.162)	(25.430)	-	(78.592)	77.110	91.473
Móveis e utensílios	7,1	19.047	1.775	-	(24)	26	20.824	(6.982)	(1.425)	-	(8.407)	12.417	12.065
Terrenos	-	5.255	178	-	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.255
Edificações	4,6	35.051	488	-	-	-	35.539	(14.943)	(1.633)	-	(16.576)	18.963	20.108
Imobilizado em Andamento	-	21.657	-	-	(295)	(3.428)	17.934	-	-	-	-	17.934	21.657
Benfeitorias	4,5	182.932	748	-	-	8.675	192.355	(41.247)	213	-	(41.034)	151.321	141.685
Outros	4,8	75.580	20.321	-	(937)	-	94.964	(11.877)	(932)	-	(12.809)	82.155	63.703
		649.330	68.940	-	(2.352)	5.280	721.198	(244.319)	(48.859)	-	(293.178)	428.020	405.011

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 18). Em 31 de dezembro de 2012, outros bens estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil (vide notas explicativas nº 19). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 20) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados R\$934 referentes a encargos financeiros (R\$1.539 em 31 de dezembro de 2012).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual	
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
Softwares de terceiros	13,4	280	20	300	(188)	(39)	(227)	73	92
		280	20	300	(188)	(39)	(227)	73	92
	Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
Softwares de terceiros	12,1	300	61	361	(227)	(40)	(267)	94	73
		300	61	361	(227)	(40)	(267)	94	73

b) Consolidado

		Custo					Amortização					Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2011	Adições (i)	Aquisição de empresas	Baixas	Reclassificações Vide NE4	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de concessão	(ii)	3.332.939	265.525	1.136.117	(3.592)	(464.945)	4.266.044	(992.080)	(155.035)	-	(1.147.115)	3.118.929	2.340.859
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(1.241)	(515)	-	(1.756)	6.805	7.320
Softwares de terceiros	15,5	35.294	8.111	3.821	(2)	-	47.224	(19.844)	(6.118)	(2.415)	(28.377)	18.847	15.450
Intangível em andamento	-	5.475	26.555	-	(398)	6.483	38.115	-	-	-	-	38.115	5.475
Ágio Elog	-	243.291	-	-	(7.158)	-	236.133	(4.570)	(238)	-	(4.808)	231.325	238.721
Outros	-	14	216	-	-	-	230	(5)	(1)	-	(6)	224	9
		3.625.574	300.407	1.139.938	(11.150)	(458.462)	4.596.307	(1.017.740)	(161.907)	(2.415)	(1.182.062)	3.414.245	2.607.834

		Custo					Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições (i)	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
Contratos de concessão (ii)	(ii)	4.266.044	568.053	(311)	6.483	4.840.269	(1.147.115)	(179.712)	(1.326.827)	3.513.442	3.118.929
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561	(1.756)	(510)	(2.266)	6.295	6.805
Softwares de terceiros	14,0	47.224	14.891	-	-	62.115	(28.377)	(7.648)	(36.025)	26.090	18.847
Intangível em andamento	-	38.115	2.243	-	(6.483)	33.875	-	-	-	33.875	38.115
Ágio Elog	-	236.133	-	-	-	236.133	(4.808)	128	(4.680)	231.453	231.325
Outros	-	230	5.283	-	(5.280)	233	(6)	(30)	(36)	197	224
		4.596.307	590.470	(311)	(5.280)	5.181.186	(1.182.062)	(187.772)	(1.369.834)	3.811.352	3.414.245

- (i) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2013 foram em média 3,95% a.a. (3,69% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Realização do ágio na incorporação	418.024	474.698	(56.674)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	33.515	36.170	(2.655)
Prejuízo - base fiscal negativa 2013	42.961	-	42.961
Regime Tributário de Transição – RTT (*)	(4.514)	5.481	(9.995)
Variação cambial ativa/passiva	3.149	(417)	3.566
Provisão para devedores duvidosos	1.560	898	662
Provisão para férias e encargos diretores	186	49	137
Mais valia Investimento controladora	(207)	(163)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Ativo/(Passivo)	494.674	516.716	
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			(22.042)
Ativo fiscal diferido	531.563	541.416	
Passivo fiscal diferido	(36.889)	(24.700)	
Imposto de renda e contribuição social diferido – Ativo/(Passivo)	494.674	516.716	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	516.716		
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado	(22.042)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	494.674		

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, ajuste a valor presente – AVP do Ônus da concessão e depreciação societária.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	62.277
2014	36.895	57.305
2015	43.392	52.341
2016	63.281	52.341
2017	62.334	52.341
2018	86.003	52.341
2019 a 2023	218.834	194.025
Após 2023	(16.065)	(6.255)
	494.674	516.716

- b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social
Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	397.868	419.534	634.182	665.522
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(135.275)	(142.642)	(215.622)	(226.277)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	156.932	156.085	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(1.169)	-
Lucro presumido	-	-	4.263	4.306
Amortização de ágio	(44)	(131)	(6.390)	(369)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	735	-
Créditos tributários não constituídos (*)	(21.657)	(10.904)	(21.657)	(18.971)
Outros	26	130	5.173	2.834
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	23	(212.625)	(230.853)
Impostos diferidos	(44)	2.515	(22.042)	(7.624)
	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresenta expectativa de realização nos próximos 5 anos.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	10.230	9.116
Cofins	-	240	7.822	7.757
PIS	-	52	2.624	1.698
ISS na fonte	2	2	3.813	1.327
PIS/COFINS/CSLL s/prest. Serviços	-	53	1.930	1.467
INSS na fonte	-	2	2.463	1.749
Outros impostos	302	19	2.024	2.547
	304	368	30.906	25.661

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional:						
Capital de giro (b)	Julho-2015	TJLP + 2,45%a.a.	-	-	197.897	114.601
Capital de giro (d)	Novembro-2013	107,70% do CDI	-	-	-	35.312
Capital de giro (d)	Outubro-2014	108,4% do CDI	-	-	103.564	-
		CDI +				
Capital de giro (i)	Outubro-2014	2,032%a.a.	-	-	13.469	26.544
Capital de giro (c)	Dezembro-2013	112,5% do CDI	-	-	-	80.567
Capital de giro (g)	Junho-2015	CDI + 3% a.a.	-	-	30.269	31.866
Capital de giro (m)	Dezembro-2013	112,50% do CDI	-	-	-	48.215
Capital de giro (n)	Novembro-2014	108,0% do CDI	-	-	97.109	-
Finame (e)	Maio-2017	TJLP + 2,83%a.a.	-	-	1.063	987
Finame (k)	Outubro-2022	2,5% a.a.	-	-	387	-
Finame BNDES (l)	Julho-2018	TJLP + 2,30%a.a.	-	-	29.720	-
Equipamentos (j)	Setembro-2016	14,53% a.a.	-	-	9.918	26.404
Notas promissórias (a)	Maio-2013	108% do CDI	-	574.108	-	574.108
Notas promissórias (a)	Maio-2014	104,5% do CDI	290.762	-	290.762	-
Cédula de crédito bancário (f)	Maio-2013	14,84% a.a.	-	-	-	504
Capital de giro (h)	Julho-2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	15.857	25.237
			290.762	574.108	790.015	964.345
Circulante			290.762	574.108	571.533	802.424
Não circulante			-	-	218.482	161.921

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	57.597
2015	38.177	22.714
2016	35.715	15.925
2017	31.626	13.951
2018	27.936	13.227
Posterioriores a 2018	85.028	38.507
	218.482	161.921

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	574.108	-	964.345	258.888
Adições	274.635	544.429	438.727	621.403
Aquisição novas empresas (ver nota explicativa 5.c)	-	-	-	634.927
Encargos financeiros	35.018	29.679	83.511	65.680
Pagamento principal	(550.000)	-	(619.195)	(567.514)
Pagamento de juros	(42.999)	-	(77.373)	(49.039)
Saldo final	290.762	574.108	790.015	964.345

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	Bradesco/HSBC Corretor. BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices	Aval da Companhia
(d)	Ecovia	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
(e)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Termares	Banco Lage Landen Brasil.	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecoporto Santos	ABN AMRO/Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(i)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Aval da EcoRodovias Infraestrutura.
(j)	Ecoporto Santos/Termlog	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(k)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.
(m)	Ecovia/Ecosul	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	09/05/2013	275.000	(365)	274.635	104,50% do CDI	8,45%

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, não existem saldos a pagar referente a arrendamento mercantil financeiro.

As obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2012 são compostas como segue:

	31/12/2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	246
Mais de um ano e menos de cinco anos	-
	246
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	248
Circulante	248
Não circulante	-

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	248	1.340
Encargos financeiros	-	114
Pagamento do principal	(238)	(1.083)
Pagamento de juros	(10)	(123)
Saldo final	-	248

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica “Imobilizado” se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$2.652 em 31 de dezembro de 2013 (R\$4.775 em 31 de dezembro de 2012).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

20. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Principal corrigido	2.871.137	2.040.105
Remuneração (juros)	97.998	66.245
Custos com emissão de debêntures (*)	(58.527)	(36.703)
	2.910.608	2.069.647
Circulante	264.076	200.026
Não circulante	2.646.532	1.869.621

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	2.069.647	1.188.314
Adição	850.639	1.374.051
Encargos financeiros	294.460	202.424
Pagamento principal	(140.549)	(516.134)
Pagamento de juros	(163.589)	(179.008)
Saldo final	2.910.608	2.069.647

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos do serviço da dívida em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

- A controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R\$600.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Ecoporto Santos S.A. O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R\$39.000, sendo esse saldo atingido em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª Emissão)	Ecovias (2ª Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$1.000	R\$1.000	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2013	1ª série – R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,33 3ª série - R\$3,17	1ª série – R\$1.062 2ª série – R\$1.065	Não atualizável	1ª série - R\$1.263 2ª série - R\$1.198 3ª série - R\$1.174 4ª série - R\$1.150
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série – 3,80% a.a. + IPCA 2ª série – 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª Emissão)	Ecovias (2ª Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª Emissão)	Ecovias (2ª Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	167.074	(4.992)	162.082
2015	108.953	(8.533)	100.420	107.929	(4.466)	103.463
2016	192.721	(7.927)	184.794	191.493	(4.466)	187.027
2017	231.461	(8.162)	223.299	229.761	(4.466)	225.295
2018 - 2024	2.164.997	(26.978)	2.138.019	1.205.071	(13.317)	1.191.754
	2.698.132	(51.600)	2.646.532	1.901.328	(31.707)	1.869.621

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09% 5,20% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,63% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	
1ª Emissão							
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
2ª Emissão							
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			3.101.000	(77.075)	3.023.925		

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	-	85.228	70.367
Elog S.A.(g)	8	-	-	-
Empresa concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	39	-	-	-
	47	-	85.228	70.367
Ativo não circulante:				
Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda - AFAC (e)	-	6.450	-	-
Empresa concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	-	37	-	-
	-	6.487	-	-
Movimentação do Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	32.778	5.631
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	5.302	1.087
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	18.660	14.574
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	116.867	45.338
	-	-	173.607	66.630
Total do ativo	47	6.487	258.835	136.997

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	1.194	16
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	262	3.501
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	427	138
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	1.647	1.508
Total do passivo	-	-	3.530	5.163

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado:				
Receita:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.				
- Ecosul (a)	461	437	-	-
	461	437	-	-
Despesa:				
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	-	-	-	240
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	-	606
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	-	6.417
STP Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A. (f)	-	-	2.264	5.212
	-	-	2.264	12.475

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$39.
- (b) A SBS Engenharia e Construções S.A. possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$32.337 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$59.087, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$17.630. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.194 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e até 31 de dezembro de 2013 foram incorridos R\$92.597, e há um saldo de serviços a realizar de R\$139.487. Os saldos em aberto a pagar R\$262 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$203.215, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$177.735. Os saldos em aberto a pagar R\$2.074 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.
- (f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$85.228 correspondente ao pedágio eletrônico, tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.
- (g) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (h) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estes saldos não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

eliminados no consolidado.

Mutuante	Mutuário	31.12.2013	31.12.2012	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecocataratas	71	31.800	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	87.313	81.158	31/03/2014	100% CDI
Termares	Tecondi	38.690	38.030	Indeterminado	1% a.a.
		126.074	150.988		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$131.416, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$50,00 e R\$160,00 por carga. No período findo em 31 de dezembro de 2013 a Termlog faturou R\$39.399 para a Ecoporto e R\$635 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2014.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$13.787 (R\$14.184 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Salários	4.608	4.687
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 27.f)	2.971	2.789
Previdência Privada	398	267
Benefícios diretos e indiretos	4.097	4.881
	12.074	12.624

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 8,76% a 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição (custo)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	436.892	90.998	-	-	527.890
Efeito valor presente sobre constituição	(97.445)	(15.885)	-	-	(113.330)
Realização da manutenção	(214.711)	-	(78.603)	-	(293.314)
Ajuste a valor presente - realizações	46.809	-	-	10.607	57.416
	<u>171.545</u>	<u>75.113</u>	<u>(78.603)</u>	<u>10.607</u>	<u>178.662</u>
Circulante	<u>38.286</u>				<u>63.531</u>
Não circulante	<u>133.259</u>				<u>115.131</u>

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303
	<u>178.662</u>	<u>74.907</u>	<u>(92.408)</u>	<u>16.887</u>	<u>178.048</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>49.932</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>128.116</u>

23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 8,76% e 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.239)	(3.087)	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	<u>14.456</u>	<u>(3.087)</u>	<u>812</u>	<u>12.181</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>2.141</u>
Não circulante	<u>1.929</u>			<u>10.040</u>

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609
	<u>12.181</u>	<u>(564)</u>	<u>170</u>	<u>11.787</u>
Circulante	<u>2.141</u>			<u>9.519</u>
Não circulante	<u>10.040</u>			<u>2.268</u>

24. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas:		
Fixas – Ecovias	57.806	64.689
Variável – Ecosul	137	122
Variável – Ecovias	1.206	2.336
Variável – Ecopistas	324	590
Outras – Ecovia – Verba de fiscalização	213	201
Outras – Ecovia – Verba Polícia Rodoviária	1.550	1.503
Outras – Ecocataratas – Verba de fiscalização	249	236
Outras – ECO101 – Verba de fiscalização	310	-
Outras – Ecoporto – Taxas CODESP	1.256	1.438
	<u>63.051</u>	<u>71.115</u>
Circulante	<u>20.454</u>	<u>20.794</u>
Não circulante	<u>42.597</u>	<u>50.321</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2013, restam 52 parcelas a vencer e os pagamentos já realizados correspondem a 78,33% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverão ser pagos a título de verba de fiscalização o valor mensal de R\$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio.

Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável era calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, são contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	13.452
2015	14.194	12.285
2016	12.962	11.219
2017	11.838	10.246
2018	3.603	3.119
	42.597	50.321

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	71.115	74.817
Custo (vide nota explicativa nº 29)	63.925	39.190
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	7.644	9.813
Pagamento do principal	(79.633)	(52.705)
Saldo final	63.051	71.115

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e outras obrigações a pagar	5.172	6.187	23.498	18.624
INSS a recolher	264	214	4.579	2.480
FGTS a recolher	86	74	1.477	745
IRRF a recolher	361	288	2.348	1.206
Provisão de férias e 13º salário a pagar	1.074	826	15.625	14.346
Contribuição sindical a recolher	-	-	22	22
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	375	287	5.902	5.090
	7.332	7.876	53.451	42.513

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

26. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	20.469	1.768	9.976	32.213
Adição por aquisição de novas empresas	67.966	76	-	68.042
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	931	454	9.112	10.497
(-) Pagamentos	(4.573)	(88)	(2.284)	(6.945)
(+) Atualização monetária	1.084	466	1.084	2.634
Saldos em 31 de dezembro de 2012	85.877	2.676	17.888	106.441

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	85.877	2.676	17.888	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	43.862	(1.221)	7.892	50.533
(-) Pagamentos	(14.361)	(64)	(14.641)	(29.066)
(+) Atualização monetária	4.783	336	2.121	7.240
(+/-) Reclassificações	(6.533)	3.262	3.271	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	113.628	4.989	16.533	135.148

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, totalizando R\$36.535 em 31 de dezembro de 2013 (R\$32.255 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão”, foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.
- A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2013 o valor contingenciado é de R\$58.199. Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$19.031 (R\$6.477 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue: Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$5.359 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$37.012 (R\$24.873 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R\$1.465. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controlada Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$131.747 (R\$111.855 em 31 dezembro de 2012).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013, a qual deliberou pela não constituição da reserva de lucros para orçamento de capital e que o valor fosse destinado aos dividendos.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2013 é de R\$388.105, correspondente a lucros gerados nos exercícios de 2010 e 2011, líquidos de dividendos distribuídos.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$435.200 refere-se a: R\$ 255.200 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$180.000 dividendos intermediários de 2013, calculados conforme segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	397.850	422.072
Constituição da reserva legal	(19.892)	(21.104)
Base de cálculo dos dividendos	377.958	400.968
Dividendos intermediários pagos	(180.000)	(145.768)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	197.958	255.200

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 6.016.691 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 22/03/2011	3ª Outorga 25/04/2012	4ª Outorga 25/04/2013
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$2.971 (R\$2.789 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	(67.587)	(413.044)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(486.339)	(1.191.918)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	2.040.882	3.917.925

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio d o período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total do custo	Prazo para exercer
2014	15,47	1.504.172	2,83	4.257	11 meses
2015	16,56	1.332.732	3,17	4.225	23 meses
2016	17,22	1.029.720	3,35	3.450	35 meses
2017	19,39	648.702	4,90	3.179	47 meses
		4.515.326	3,56	15.111	

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou 3 programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 27.f).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações		Custo médio R\$
	Quantidade	Valor	por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64

A Companhia mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$8.032.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	17.911	3.041
Participação nos lucros	1.662	4.973
Aporte de capital de acionista não controlador	-	15.001
Venda de participação ECO101 (Vide NE 5.d.ii)	12.819	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(6.333)	(5.104)
Saldo final	26.059	17.911

Em 01 de novembro de 2013 foi constituída reserva de capital no valor de R\$5.441 de acordo com o item 67 do ICPC-09 que orienta que na alienação de ações ou instrumentos de uma entidade que a Companhia controla e que não haja perda de controle com essa operação, tal resultado deverá ser alocado diretamente ao Patrimônio Líquido e não ao resultado. Tal registro se deu pela venda de 27,5% da participação dos 80% que a Companhia detinha naquela data no capital da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A..

28. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	718.492	695.687
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	804.230	697.603
Vale-pedágio	165.664	152.624
Outras	770	2.267
	1.689.156	1.548.181
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 36)	505.830	298.540
Receitas portuárias (d)	625.036	370.251
Receitas acessórias (b) e (c)	58.639	64.201
Receita bruta total	2.878.661	2.281.173
Deduções de receita (e)	(239.602)	(193.652)
Receita líquida	2.639.059	2.087.521

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- (d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.
- (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	1.689.156	1.548.181
Receitas portuárias	625.036	370.251
Receitas acessórias	58.639	64.201
	2.372.831	1.982.633
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(98.792)	(77.819)
PIS (ii)	(21.449)	(16.887)
ISS (iii)	(109.142)	(93.800)
Outros – ICMS	(294)	(151)
	(9.925)	(4.995)
Devoluções e Abatimentos	(239.602)	(193.652)
(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%		
(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%		
(iii) Alíquota de 2% a 5%.		

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora</u>	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	22.890	25.001
Conservação e manutenção	500	760
Serviços de terceiros	45.233	15.457
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	267	646
Depreciações e amortizações	607	599
Locação de imóveis e máquinas	2.098	1.689
Outras despesas operacionais	4.782	3.759
	76.377	47.911
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	76.377	47.911
<u>Consolidado</u>	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	313.125	231.164
Conservação e manutenção e outros	81.445	54.818
Serviços de terceiros (*)	318.818	213.964
Seguros (vide nota explicativa nº 35)	18.180	15.205
Depreciações e amortizações	236.631	203.924
Poder Concedente	63.925	39.190
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	24.885	17.100
Provisão para manutenção	74.907	75.113
Custo de construção de obras (vide nota explicativa nº 28)	505.830	298.540
Outros custos e despesas operacionais	73.964	68.296
	1.711.710	1.217.314
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.346.606	949.547
Despesas gerais e administrativas	365.104	267.767

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

O aumento de custos e despesas operacionais, deve-se principalmente ao fato da Companhia consolidar doze meses de custos e despesas operacionais do segmento portuário em 2013 com valor total de R\$415.222, enquanto em 2012 foi consolidado apenas o período de sete meses (posto que a aquisição ocorreu em 31 de maio de 2012) no valor total de R\$290.941.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	21.480	13.996	96.895	54.874
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	1.790
Juros ativos	-	-	5.384	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1.505	1.482	8.124	4.120
Outras	-	144	3.004	8.650
	22.985	15.622	113.407	69.434
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(191.856)	(136.944)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e leasing	(32.585)	(26.247)	(81.078)	(57.273)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(91.798)	(60.217)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(7.644)	(9.813)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(10.806)	(7.053)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica				
ICPC 01	-	-	(17.057)	(11.419)
Despesas bancárias	(453)	(92)	(1.952)	(703)
Comissão notas promissórias	(2.433)	(3.432)	(2.433)	(3.432)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(100)	(5.089)
Atualização monetária de provisão para contingências	(748)	(286)	(10.298)	(3.199)
Pis/Cofins sobre JSCP	(2.067)	(2.960)	(6.114)	(4.663)
Variação cambial fornecedores externos	-	-	(6.274)	(2.627)
Outras	(418)	(863)	(11.474)	(8.535)
	(38.704)	(33.880)	(438.884)	(310.967)
Resultado financeiro	(15.719)	(18.258)	(325.477)	(241.533)

31. LUCRO POR AÇÃO

Controladora e Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,71	0,76
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,71	0,75

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Controladora e Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	397.850	422.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(512)	(162)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.187	558.537
Lucro básico por ação – R\$	0,71	0,76

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Lucro diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado na nota explicativa 27.f):

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	397.850	422.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.187	558.537
Ajuste por opções de compra de ações	3.918	2.928
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	562.105	561.465
Lucro diluído por ação – R\$	0,71	0,75

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - CONSOLIDADA

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$13.755 (R\$8.494 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 27).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

A controlada direta Ecoporto Santos possui financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US\$ 37.903. O contrato apresenta vencimento em julho de 2014, tendo como contraparte Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA. A operação de “swap” em 31 de dezembro de 2013 consiste na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano por variação cambial, registrada na rubrica “Despesas financeiras”, no valor de R\$ 14.932 (R\$12.725 em 31 de dezembro de 2012).

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxa média ponderada de 101,1,% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dívida (a)	290.762	574.108	3.763.674	3.105.355
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(177.016)	(435.621)	(1.152.588)	(858.137)
Dívida líquida	113.746	138.487	2.611.086	2.247.218
Patrimônio líquido (b)	2.071.887	2.107.576	2.098.126	2.125.487
Índice de endividamento líquido	0,05	0,07	1,24	1,06

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	19.093	19.093
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	151.651	151.651
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	1.133.489	1.133.489
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	79.917	79.917
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	790.015	790.015
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.910.608	2.910.608
Obrigações com o poder concedente (e)	Outros passivos financeiros	63.051	72.261

- (a) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.
- (d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 30 de dezembro de 2013. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, à taxas indicativas da BM&F data base 30 de dezembro de 2013.
- (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com o poder concedente”.

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecoporto Santos S.A., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Credor</u>		
Finimp – Moeda US\$	4.012	5.521

Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$85.228 (R\$70.367 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	33.006	31.590	33.580	152.455
BNDES	TJLP + 2,30% a.a.	8.382	7.934	7.482	10.913
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.095	12.460
Finame	TJLP + 2,8% a.a.	348	460	429	154
Capital de giro	108% do CDI	233.328	-	-	-
Finame	2,50% a.a.	53	52	51	274
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	14.047	14.823	199.281	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	24.753	24.783	104.876	184.659
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.783	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.823	57.351	63.117	700.535
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	33.156	34.972	37.191	1.097.858
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.075	8.484	8.949	324.896
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.968	32.535	34.319	1.509.904
Notas promissórias	104,5% do CDI	300.387	-	-	-
Capital de giro	CDI + 0,15% a.a.	11.084	-	-	-
Capital de giro	CDI + 1,90% a.a.	200	-	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	14.831	7.771	-	-
Finimp	4,60% + Var.cambial	3.975	3.794	2.001	-
Finimp	5,20% + Var.cambial	83	78	74	35
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	127.447	153.457	143.103	444.550
Swap	Var. Cambial	5.071	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras	Baixa do CDI	108.624	81.468	54.312
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	(48.665)	(49.599)	(50.539)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	(25.619)	(30.203)	(34.744)
Juros sobre a 2ª e 3ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do IPCA	(33.042)	(33.434)	(33.824)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão	Alta do IPCA	(38.888)	(39.071)	(39.251)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	(38.472)	(38.748)	(39.078)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(28.316)	(33.098)	(37.881)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(15.360)	(17.849)	(20.314)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(889)	(1.048)	(1.206)
Juros sobre debêntures - série única – Ecoporto Santos	Alta do CDI	(68.743)	(75.607)	(82.385)
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	(9.931)	(12.288)	(14.619)
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	(446)	(557)	(669)
Juros sobre obrigações com o poder concedente	Alta do IGP-M	(83)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		(199.830)	(250.139)	(300.325)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2013 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(5.789)	(9.885)	(13.980)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	12,81%	15,38%
IGP-M (b)	6,02%	7,53%	9,03%
IPCA (c)	6,03%	7,54%	9,05%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
US\$ (e)	2,45	3,06	3,68
Libor 6meses (f)	0,35%	0,44%	0,52%

- (a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.
- (b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.
- (c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.
- (d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.
- (e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.
- (f) Refere-se a Libor 6 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

34. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$2.299 (R\$1.534 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

35. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$776 milhões
"All Risk" – equipamentos e móveis	R\$1,7 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1,9 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$9,5 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1,7 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" – obras de conservação e manutenção	R\$278 milhões
"All Risk" - operador portuário	US\$230 milhões
Multirrisco	R\$22 milhões

36. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- I. Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- II. Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- III. Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	27.908	28.744
Custos de construção	(27.908)	(28.744)
	-	-

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	218.575	75.956
Custos de construção	(218.575)	(75.956)
	-	-

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	164.357	113.633
Custos de construção	(164.357)	(113.633)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução Nº4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada indireta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em complementação houve: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	37.609	29.546
Custos de construção	(37.609)	(29.546)
	-	-

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	30.800	50.661
Custos de construção	(30.800)	(50.661)
	-	-

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;
- b) Recursos para Desenvolvimento Tecnológico: Durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT;

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013
Receita de construção	26.581
Custos de construção	(26.581)
	-

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos Custos	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos relativos à Concessionária ECO101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

37. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria Especial dos Portos – SEP, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela fiscalização. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo os procedimentos estabelecidos na normatização em vigor à época do requerimento. Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 2.240/11, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 2.826/2013, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares apenas, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como da representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, sobre a mesma matéria. Apesar das decisões iniciais, a Administração considera significativa a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominante. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

38. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda..

c) “Holding” e serviços

Este segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, este segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as “Holdings” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., “holding” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas de segmento portuário, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Concessões	67,3%	61,6%
Logística	7,8%	11,9%
“Holding” e serviços	6,0%	6,1%
Portos	18,9%	20,4%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

[illegible]

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2013								Ajustes CPC 36 (R3) /IFRS10	Consolidado contábil
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado		
Ativo Circulante	595.658	247.510	139.611	676.056	1.658.835	(51.806)	1.607.029	(240.151)	1.366.878
Ativo não Circulante	3.072.974	717.143	426.686	3.490.587	7.707.390	(2.383.063)	5.324.327	(190.437)	5.133.890
Total do Ativo	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
Passivo Circulante	655.662	198.437	83.223	446.098	1.383.420	(51.107)	1.332.313	(166.454)	1.165.859
Passivo Não Circulante	1.860.697	652.774	249.068	825.942	3.588.481	(87.468)	3.501.013	(264.133)	3.236.880
Patrimônio Líquido	1.152.273	113.442	234.006	2.894.603	4.394.324	(2.296.294)	2.098.030	(1)	2.098.029
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
Receita Líquida	2.100.796	550.502	241.864	187.128	3.080.290	(132.120)	2.948.170	(309.111)	2.639.059
Custo dos serviços prestados	(1.095.882)	(241.461)	(205.706)	(106.103)	(1.649.152)	76.079	(1.573.073)	226.467	(1.346.606)
Lucro bruto	1.004.914	309.041	36.158	81.025	1.431.138	(56.041)	1.375.097	(82.644)	1.292.453
Receitas (despesas) operacionais	(145.053)	(173.512)	(56.114)	(91.986)	(466.665)	62.031	(404.634)	71.068	(333.566)
Equivalência patrimonial	-	-	-	959.524	959.524	(959.524)	-	769	769
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	859.861	135.529	(19.956)	948.563	1.923.997	(953.534)	970.463	(10.807)	959.656
Resultado Financeiro	(173.256)	(72.642)	(16.690)	(78.640)	(341.228)	158	(341.070)	15.593	(325.477)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	686.605	62.887	(36.646)	869.923	1.582.769	(953.376)	629.393	4.786	634.179
Imposto de Renda e Contribuição Social	(223.497)	(12.196)	15.721	(7.775)	(227.747)	(2.134)	(229.881)	(4.786)	(234.667)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	463.108	50.691	(20.925)	862.148	1.355.022	(955.510)	399.512	-	399.512
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	397.850
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.662

39. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou naquela data Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças com Freelane I, LLC e Freelane II, LLC, sociedades controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI, L.P. e sua afiliada CGPE VI, L.P. tendo como objetivo a venda da totalidade de suas ações da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, representativas de 11,41241% do capital social da STP, pelo valor total de R\$292.127. A alienação das ações da EcoRodovias às compradoras foi aprovada pelo Conselho de Administração da EcoRodovias, em reunião realizada na mesma data, e sua conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza. A venda tem por objetivo reforçar a estrutura de capital do Grupo EcoRodovias, reiterando seu foco na participação em novos projetos de infraestrutura logística no Brasil.